

QUESTÕES SÓCIO- HISTÓRICAS EDUCACIONAIS COMO BASE NA TOMADA DE POSIÇÃO DOCENTE: UMA CONSTRUÇÃO INTERDISCIPLINAR NA EJA

Felix, Rosane¹
Lagemann, Daiane Caroline²
Linck, Ieda Márcia Donati³
Schütz, Nilda Flores⁴

RESUMO

O texto “Questões sócio-históricas educacionais como base na tomada de posição docente: Uma construção interdisciplinar na EJA” discute a importância da interdisciplinaridade na Educação de Jovens e Adultos. Objetiva mostrar que a eficácia do ensino nesta modalidade está intimamente ligada à ação do professor, na interação entre seus pares, à mobilização dos alunos na busca da autonomia, novas possibilidades de conhecimento e a pesquisa no seu fazer cotidiano. Ele tem como base as

discussões ocorridas nos encontros realizados no GT EJA, do Programa de Formação Continuada dos Trabalhadores em Educação da Região Macromissioneira - Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Formação – Reflexão – Mudança – Ensino

INTRODUÇÃO

Este texto discute sobre a importância de se trabalhar a interdisciplinaridade na Educação de Jovens e Adultos. Objetiva mostrar que a eficácia do ensino nesta

¹Pedagoga, Mestre em Extensão Rural. Professora do Centro de Ciências Humanas e Sociais, Membro GIEEH, Grupo de Pesquisa e Leite EHPU estudos Humanos e Pedagógicos da Universidade de Cruz Alta. Assessora de Assuntos Internacionais; Assessora do Programa A União Faz a Vida; Articuladora do GT-Social e Secretária do Programa Rede Leite. E-mail: rfelix@unicruz.edu.br

²Graduada em Letras-Português/Inglês, professora de Português no Ensino Fundamental e no Ensino Médio na Escola E.E.E.B. Leopoldo Meinen - Fortaleza dos Valos. E-mail: daiane.lagemann@hotmail.com

³Doutora em Linguística/UFSM e UA-Portugal, bolsista Capes. Mestre em Educação/Uninorte-PY. Mestre em Linguística/UPF. Professora Assessora do GT EJA. Membro do GEL e JGPJUR Unicruz. Coordenadora e professora do Proenem/Unicruz. E-mail: imdlinck@gmail.com

⁴Coordenadora Pedagógica da EJA da E.E.E.B. Leopoldo Meinen - Fortaleza dos Valos - Pós-Graduada em Supervisão e Orientação Educacional. E-mail: nildaschutz@bol.com.br

modalidade está intimamente ligada à ação do professor, na interação entre seus pares, à mobilização dos alunos na busca da autonomia, novas possibilidades de conhecimento e a pesquisa no seu fazer cotidiano. Ele tem como base as discussões ocorridas nos encontros realizados no GT EJA, do Programa de Formação Continuada dos Trabalhadores em Educação da Região Macromissionária - Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino regulamentada pela LDB 9394/96 designada a atender um público que não teve acesso ou oportunidade de estudar na idade tida como regular, sendo assim ela está destinada a alunos mais maduros e com pré-requisitos diferenciados dos alunos do ensino regular.

Para iniciar, reafirmamos a importância da leitura e a produção textual na Educação de Jovens e Adultos e o papel do educador diante desta modalidade, pois nota-se que os alunos deste ensino estão ali inseridos na busca de novas possibilidades de conhecimentos para aprimorar seu convívio social e também seu lugar no mercado de trabalho. Diante disso, ressalta-se a importância da formação continuada docente, pois “as especificidades da EJA exigem uma formação que dê conta, além da escolarização básica, da construção coletiva de estratégias de transformação, seja individual ou coletiva” (FREITAS, 2007, p. 67). Assim, sendo, é preciso planejamentos que levem em conta as diferenças de idade, socioeconômicas e os interesses dos mais diversos, assim desenvolvendo aulas interativas, pensadas em conjunto, as quais atendam as necessidades e anseios dos alunos desta modalidade. A pergunta que fazemos é: por que e como ensinar a língua portuguesa a falantes, jovens e adultos que a dominam?

A proposta tem como base teórica, vários autores, cujas obras foram

disponibilizadas na formação continuada no ano de 2014, os quais discorrem sobre a importância da leitura cotidiana estar inserida no contexto das atividades pedagógicas, tais como: leituras informativas, reportagens de jornais, crônicas, músicas, entre outros.

Trabalhar nesta perspectiva faz com que os temas do nosso cotidiano despertem interesses nos discentes, fazendo com que se concretize o ato de ler e escrever, através da apresentação de trabalhos práticos, em uma Mostra do Conhecimento. E, essa prática, por sua vez, convoca para outras questões, dentre elas a (trans)formação do sujeito, já que esta forma de trabalhar não tem como finalidade a nota, mas o conhecimento construído, a autonomia conquistada, bem como a elevação da auto-estima do participante. Por isso:

A educação é substantiva, altera o ser do homem. A não ser assim seria apenas adjetiva, mero ornamento da inteligência. O homem que se adquire o saber passa a ver o mundo e a si mesmo deste outro ponto de vista. Por isso se torna um elemento transformador de seu mundo. Esta é a finalidade essencial da educação. Tal é a razão de que todo movimento educacional tenha consequências sociais e políticas. (PINTO, 2010, p. 52-53).

O educador é fator essencial neste âmbito, pois é ele quem organizará aquilo que pode ser ou não satisfatório para aprendizagem do aluno. Tanto na produção textual, leitura e conhecimentos diversos a ação do educador tem caráter fundamental na construção de conhecimento que sejam significativos e produtivos para suas vidas, dentre eles a capacidade comunicativa. Esta que está no sujeito, mas que deve ser ampliada, pensada e utilizada.

1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – ASPECTOS HISTÓRICOS, SOB O OLHAR DE SELVA PARAGUASSU LOPES

Neste tópico, apresentamos aspectos históricos da EJA para compreender questões que marcam esta modalidade de ensino, inclusive no que tange práticas pedagógicas arraigadas à metodologias ultrapassadas, desvinculadas aos interesses dos alunos, das quais discordamos.

A história da educação de jovens e adultos no Brasil decorre desde o período colonial, onde os religiosos exerciam sua ação educativa missionária em grande parte com os índios adultos e mais tarde com os escravos negros.

Com a expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1759, houve uma desorganização do ensino que somente durante o Império, foi possível encontrar informações sobre a educação de adultos. Em 1824, a primeira Constituição brasileira sob forte influência europeia, garantiu a “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”, mas a garantia de uma escolarização básica para todos, não passou da intenção legal, pois somente ao longo da história, foi surgindo lentamente à implantação de uma escola de qualidade para todos (HADDAD; E DI PIERRO, 2000).

Durante o período do Império, somente a classe pertencente à elite econômica tinha o direito de se administrar a educação, enquanto negros, indígenas e grande parte das mulheres eram excluídos desse processo.

Teoricamente, hoje se percebe a situação diferente, pois a educação é um direito igual para todos e ainda mais garantido por Lei, então independente de classe econômica, sem distinção alguma, a educação deve atender e priorizar o ensino para todos da sociedade. A Constituição de 1891, primeiro marco legal da República brasileira, se caracterizou pela grande quantidade de reformas educacionais e com o ensino precário. No

entanto, somente 30 anos após o estabelecimento da República no país, houve a preocupação com o elevado índice de analfabetos. Até esse momento a educação de jovens e adultos praticamente não existia, ou se assim fosse se dava na informalidade; esse ensinar não era valorizado como uma fonte de ensino.

A partir de 1920, o movimento de educadores e da população começou a estabelecer mudanças na sociedade brasileira, inclusive para a educação de jovens e adultos, já que os precários índices de escolarização do nosso país era uma preocupação da população e das autoridades brasileiras. Havia também uma cobrança internacional, que restringia acordos e conchavos econômicos. Era preciso, então, melhorar os números da educação brasileira.

Com a Revolução de 1930, a nova Constituição propôs um Plano Nacional de Educação que visou o desenvolvimento e a importância da educação, mas somente no final da década de 1940 é que a educação de adultos era conhecida e recebia um tratamento particular, pois o Estado brasileiro deu créditos a essa modalidade educacional. Mesmo que por motivos torpes, dentre eles a busca de recursos financeiros internacionais, a educação passava a ser condição necessária para que o Brasil se realizasse/ mostrasse como nação desenvolvida.

Após a segunda Guerra Mundial, a UNESCO alertava a desigualdade de ensino e alertava para o papel que a educação deveria desempenhar, principalmente em relação à educação de adultos, no processo de desenvolvimento das nações categorizadas como “atrasadas”. Assim como explícita Pinto (1997, p. 49):

A educação tem que ser popular, por sua origem, por seu fim e por seu conteúdo. O país é atrasado em virtude do modo de vida de suas massas (não de suas elites). Por isso, a transformação da existência

do povo é o que constitui a substância da mudança na realidade da nação.

Naquele período, o ensino passa a ser popular porque é destinado como um direito igual para todos, mas caracteriza-se como atrasada, limitante e não inclusiva, porque nem todos da população receberam tal instrução. Nisso, pauta a nossa crença da importância de se administrar uma educação de qualidade para todos para que haja uma mudança na sociedade, ou seja, que os indivíduos sejam pessoas instruídas e bem qualificadas para atender as exigências do mercado.

No ano de 1947, foi criado o Serviço de Educação de Adultos (SEA), um movimento em favor da educação de adultos, que se estendeu até fins da década de 50. Durante os primeiros anos da década de 1960 até 1964, quando o golpe militar ocorreu, constituiu um movimento especial, pois a educação de jovens e adultos tornou-se um movimento amplo de valorização da cultura popular.

Em 1967, foi criado O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) com a finalidade de atender aos objetivos políticos e do sistema escolar, sendo divididos em dois programas: Programa de Alfabetização e programa de Educação Integrada. Mas, o auge do MOBRAL foi a década de 70, que chegava com a promessa de acabar em 10 anos com o analfabetismo, mas foi somente no final dessa década que o MOBRAL ampliou e implantou outros programas.

O Ensino Supletivo se institucionalizou todo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692 de 1971. A Lei se propunha a recuperar o atraso dos que não puderam realizar a sua escolarização na época adequada e germinar a educação do futuro, destinada a todos.

Durante o período de 1973 até 1979, o ensino supletivo se firmou e foi regulamentado no Estado pelos Conselhos Estaduais de Educação,

atendendo no ensino de 1º e 2º graus na esfera municipal, em alguns casos raros atendiam de 5º a 8º séries do 1º e 2º graus.

No ano de 1985, os anos posteriores à retomada do governo nacional, representavam um período de democratização da sociedade brasileira, correspondendo ao reconhecimento dos direitos sociais. Nesse mesmo ano, o MOBRAL foi substituído pela Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – EDUCAR. Foi nesse período que o Estado garantiu o direito universal ao ensino fundamental público e gratuito, independente de idade, consagrado no Artigo 208 da Constituição de 1988.

Em 1990, no governo Fernando Collor de Mello, foi extinto a Fundação Educar representando uma descentralização da escolarização básica de jovens e adultos, pois houve a transferência direta de responsabilidade pública dos programas de alfabetização e pós-alfabetização da União para os municípios.

O PNAC (Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania) prometia substituir o Programa Educar por meio de recursos federais para que instituições públicas, privadas e comunitárias promovessem a alfabetização e a elevação dos níveis de escolaridade dos jovens e adultos, mas o PNAC foi desacreditado e abandonado no exercício do Itamar Franco.

No ano de 1993, o governo desencadeou um processo para que o Brasil pudesse ter acesso prioritário a créditos internacionais vinculados aos compromissos da Conferência Mundial de Educação para Todos. No entanto, no período de 1994 a 1998, no governo de Fernando Henrique Cardoso, fora priorizado a implementação de uma reforma político-institucional da educação pública e aprovando a emenda constitucional, quase que simultaneamente à promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Aprovada em fins de 1996, a nova LDB

9.394 dedicou uma seção à educação básica de jovens e adultos, resultando em dois artigos: o direito dos jovens e adultos trabalhadores ao ensino básico adequado às suas condições peculiares de estudo e o dever do poder público em oferecer gratuitamente na forma de cursos e exames supletivos e também as idades mínimas previstas para este ensino, 15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio.

A educação de jovens e adultos não é uma reposição da escolaridade perdida, porque não é uma 'opção' de ensino, mas uma modalidade que está voltada para aqueles alunos que não tiveram acesso a educação na idade apropriada, devido ao trabalho, bem como aqueles que por algum motivo perderam o encanto pela modalidade de ensino regular.

Em 1997, o MEC iniciou o Projeto de Plano Nacional de Educação (PNE) que foi apresentado no ano de 1998 e que resultou num conjunto de propostas para a educação denominado "O PNE da sociedade brasileira", mas as propostas relativas à educação de jovens e adultos não eram de todo divergentes.

Após isso, ressurgiu a reforma educacional iniciada em 1995, que tinha como objetivo descentralizar os encargos financeiros com a educação, racionalizando e redistribuindo o gasto público em favor do ensino fundamental obrigatório. O principal instrumento da reforma foi a aprovação da Emenda Constitucional 14/96, que suprimiu das Disposições Transitórias da Constituição de 1998 o artigo que comprometia a sociedade e os governos a erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental até 1998, criando o Fundo de Desenvolvimento do Ensino fundamental (FUNDEF).

Embora aprovada por unanimidade do Congresso, a Lei 9.424/96, sob ordens do Presidente, impediu que as matrículas no ensino fundamental presencial de jovens e adultos se expandissem e que somente o ensino de crianças e adolescentes de

sete a 14 anos fosse focalizado, mas o FUNDEF conseguiu financiar três segmentos da educação básica: a educação infantil, o ensino médio e a educação básica de jovens e adultos.

Ao longo da década de 90, houve várias mudanças e também a implantação de três programas de formação de jovens e adultos: o Programa Alfabetização Solidária (PAS), idealizado em 1996 pelo Ministério da Educação com a finalidade de alfabetização inicial em cinco meses voltados ao público juvenil, onde havia um índice elevado de analfabetismo.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) tinha como alvo a alfabetização inicial de trabalhadores rurais que se encontravam na condição de analfabetos absolutos. Outro foi o Plano Nacional de Formação do Trabalho (PLANFOR) que não era um programa de ensino fundamental ou médio, mas destinava-se a qualificação profissional da população.

Todos esses movimentos tornaram-se grandes desafios educacionais, à medida que buscavam condições de igualdade no ensino, sem discriminar a raça ou classe social, apesar das limitações dos educadores encarregados de mudarem a situação. Por isso, não basta afirmarmos que a educação é um direito igual para todos, porque sabemos que há desigualdades sociais e educacionais presentes no nosso cotidiano e querendo ou não, sempre haverá alguma classe que será prejudicada e/ou desmerecida.

2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS NA EJA

Os trabalhadores que são os alunos desta modalidade estão à procura de ampliar seus horizontes, sob a ideia de uma educação que os levem a uma melhor qualificação profissional. Sob este paradigma estabelecem-se expectativas sobre o ensino-aprendizagem. Segundo Demo (1994, p. 11), é preciso "estabelecer relações entre os conteúdos da vida e os

conteúdos escolares são um desafio posto ao professor”. Estamos falando do desafio de internalizar nos alunos, de tornar significativo o que se aprende e integrá-lo à vida é um desafio constante nas aulas, sendo elas da EJA ou do Ensino Regular.

Na modalidade EJA, conforme pesquisa feita no contexto em que atuamos, pensada no GT EJA do qual participamos, constatamos que a leitura dos alunos pode ser considerada satisfatória, mas os participantes encontram dificuldades na produção textual (especificamente na questão estrutural). Por meio das observações, auto avaliação e discussões posteriores, percebemos que havia falta de motivação por parte dos alunos, mediante as aulas ministradas. Nesse sentido, questionávamos: Será que uma prática pedagógica que vá ao encontro dos interesses dos alunos pode mudar esse quadro? Sim. Esta foi a resposta.

É necessário e urgente que os docentes revejam suas propostas e seus planos de aula, optando por desenvolver atividades que busquem salientar a fragilidade que se encontra, pois a leitura, produção textual e prática de trabalhos, são itens importantes de domínio de um educando. Para isso, devem ser oportunizados momentos capazes de estimular a criticidade e novas possibilidades de conhecimentos, através de uma mostra do conhecimento, com a apresentação de trabalhos práticos na área das Ciências da Natureza, onde com o auxílio dos professores da Área das Linguagens e Matemática demonstraram na prática os trabalhos que foram realizados em sala de aula, através de pesquisas, experiências, leituras e produções textuais, nas turmas da T7, T8 e T9 da EJA do Ensino Médio.

Assim, o objetivo é incentivar os discentes, a construir conhecimentos que vão ao encontro de suas necessidades e, acima de tudo, respeitando suas bagagens e interesses, para que eles adquiram deste ensino para sua vida

social e para o mercado de trabalho. Cria-se, assim, um espaço de criação e por isso de (trans)formação.

De acordo com Antunes (2003, p.25), “a criatividade pode ser estimulada e que todos que recebem esses estímulos apresentaram incontestáveis progressos na capacidade de criar, ainda que a natureza desses progressos varie bastante de uma para outra pessoa”. Sendo a prática escolar integradora aos conteúdos e as práticas cotidianas é preciso pensar a produção textual com base à argumentação. Conforme Souza (2010), é normal que o professor se questione sobre o que é imprescindível, o que é importante ou o que é dispensável ensinar na EJA, já que os alunos possuem conhecimentos materializados durante sua vida. Mas é também dever do professor levar o aluno a buscar mais, e agora na escola buscar organizar esse saber, numa perspectiva formal, exigida pela sociedade letrada.

Considerando que os alunos chegam cansados, desmotivados, não demonstram interesse pelas aulas tradicionais, é preciso trabalhar de forma diversificada, mudando a cada novo encontro, tais como: debates, músicas, dinâmicas de incentivo, pesquisas, experiências (estimulando a criatividade através de desenhos e gráficos), além de proporcionar um trabalho interdisciplinar, no qual os alunos desenvolvam tema que significam ao seu universo, para depois ser apresentado. Devem também realizar leituras, pesquisas, sob a orientação dos professores das áreas diversas e distintas, pois o que se deve buscar é a ampliação dos saberes existentes.

Segundo Carvalho (2001), a prática em EJA deveria deixar de ser mero preenchimento de carga horária e passar a ser significativas para a prática cotidiana dos alunos. É preciso promover atividades relacionadas a sanar as dúvidas dos alunos e ajudá-los a esclarecer suas dúvidas e temores sobre a escrita e apresentação oral dos trabalhos.

Moura (2008, p. 90) ressalta que “a importância de compreender a dinâmica do cotidiano de sala de aula, na tentativa de conhecer os aspectos importantes do estudo para melhor compreensão da prática educativa”. Prática esta que está sofrendo modificações importantes através de pesquisas, estudos e a troca de vivências entre professor-professor, professor-aluno e nas formações acadêmicas, sendo que esta revitalização da prática em sala de aula possibilita a transformação social, a construção do cidadão e a oportunidade de modificar o que somos e batalharmos pelo que almejamos.

Por ser a educação libertadora e a produção textual como forma de liberdade, de expressão, de conjecturar suas ideias e torná-las aliadas em suas relações diárias, de uma mostra de si, a Educação de Jovens e Adultos, deve ser vista sobre um olhar diferenciado do ensino regular, com um olhar voltado ao cotidiano de alunos que possuem pré-requisitos e que além de alunos são mediadores de conhecimento, conhecimento este absorvido pelas experiências da vida.

Para que uma proposta corresponda as expectativas, tanto do educador como dos educandos, é preciso ter clareza em alguns princípios como: sala de aula é um lugar de troca entre alunos e professores, pois cada um traz consigo uma bagagem. Dessa forma, juntos podem aprimorar seus conhecimentos, salientando que o educador tem um papel importante, mas este deve estar aberto a discussão, para assim juntos realizarem um processo de ensino aprendizagem significativo. Assim sendo:

Na aprendizagem significativa, o educando deve manifestar disposição para a aprendizagem, não entendida como memorização. A disposição está relacionada a características pessoais/afetivas (auto-estima, auto-imagem, capacidade de assumir riscos e esforços, de se expor, etc.) e cognitivas (capacidades, instrumentos, estratégias,

habilidades, etc.), que são construídas através do processo de aprendizagem na interação com o mundo (meio familiar e entorno, escola, televisão, cinema, experiências com o meio e com objetos, etc.). A partir de experiências prévias, o indivíduo pode construir disponibilidade para uma aprendizagem significativa ou memorística (DURANTE, 2004, p.42).

Segundo Freire (1990), a Educação de Jovens e Adultos passa a ter uma educação baseada no ato de conhecimento, do ato criador, não sendo mais apenas trabalhados textos que escondem mais do que revelam, sendo assim passa-se a trabalhar com a leitura de mundo e de palavras. Na perspectiva de uma educação baseada no ato de conhecimento, ato de criação, é preciso oferecer encontros que possibilitem uma reflexão sobre nossos atos com relação à sociedade para que nela o educando possa argumentar, sugerir, participar de modo a tentar convencer o outro de suas ideias; sempre com sustentação teórica.

Além disso, para conduzir de maneira eficaz uma proposta como esta, o professor deve ser um estudioso, mediador do conhecimento, um pesquisador, pois os tempos evoluem e a educação também. Dessa forma, focando a aprendizagem para o conteúdo leitura, produção textual e pesquisa, o educador além de tudo deve estar preparado para construir o conhecimento, passando para o aluno segurança no que está desenvolvendo. É claro que tudo isso parece utopia, mas precisamos acreditar. Não podemos apostar no “não é possível saber,” pois a diferença está na busca do professor e no que ele realmente acredita. Nós acreditamos que o sujeito professor deve estar bem situado com o que corresponda a necessidade de aprendizagem de um aluno.

Segundo Bordini e Aguiar (1993, p. 13), as possíveis soluções para os diversos problemas da leitura em uma sociedade desigual “se orientam para o pluralismo cultural, a oferta de textos vários, que

deem conta das diferentes representações sociais”. Nesse sentido, independente da modalidade de ensino, é possível introduzir a leitura de forma satisfatória quando o leitor se identifica com o desvendamento das palavras que estão à sua frente, significando o mundo e a si mesmo. Para isso, é preciso tomar como ponto de partida um bom planejamento das ações em sala de aula. Sobre esse aspecto, Gandin (1997, p. 169) afirma:

O planejamento apresenta claramente duas dimensões que devem ser levadas em conta [...] para que se possam alcançar resultados. Uma delas, a mais frequente na prática, é a que utiliza o planejamento como o processo para organizar a prática, melhor dito, para fazer bem as coisas que já estão definidas [...] A segunda, já presente nas reflexões das pessoas, é a que pensa o planejamento como um processo de transformação da realidade e, por extensão, de construção de uma nova realidade.

Assim, um educador leitor assíduo terá mais facilidade de contribuir para o crescimento discente. E, os alunos terão facilidade na ampliação de sua leitura, escrita e pesquisa, pois de acordo com Hubner (2003), ler e escrever tem como objetivo fazer com que os interlocutores se entendam da melhor forma possível. A escola deve proporcionar situações para ampliar o conhecimento dos alunos, através de pesquisas, onde desenvolvam a expressão oral, produção, apresentação e postura, formando cidadãos qualificados e comprometidos.

De forma mais específica, na modalidade EJA, percebemos que a maioria dos alunos que ali estudam está em busca de aprimorar seus conhecimentos para o mercado de trabalho, e que muitos já estão inseridos. Então, é preciso elaborar planos diferenciados dos que se costuma trabalhar em uma série normal, pois os participantes dessa modalidade chegam cansados. Eles esperam que as aulas os

ajudem na busca de uma vida melhor, e por isso precisam aprender aquilo que seja significativo para sua vida social.

CONCLUSÕES

Uma coisa é certa, deve-se respeitar o conhecimento de todos os alunos, dar-lhes autonomia para a escolha dos temas de pesquisa, incentivando-os a serem independentes, autônomos e protagonistas da sua própria história. Não dá para idealizar um aluno inexistente, pois sabemos que em todos os níveis de ensino os alunos apresentam dificuldades na leitura e produção textual. É isso que nos move a repensar a nossa prática. Ação oportunizada no programa de formação continuada oferecida em 2014, pela SEDUC/RS.

Diante disso, evidenciamos que o papel do educador é trabalhar conteúdos significativos e atualizados, e que sala de aula é lugar de troca entre docentes e educandos. Entendemos que, dessa forma, podemos destacar que refletir sobre novas possibilidades de acordo com o perfil de cada turma é o primeiro passo a ser dado para modificar o quadro educacional vigente. Por isso, mesmo que de forma inicial, buscamos através da pesquisa e Mostra do Conhecimento, abordar a leitura e a produção através de temas atuais que fazem parte do nosso cotidiano, para assim o discente associar com sua vivência e ampliar seu conhecimento para sua vida e para o mercado de trabalho. Desse modo, Pinto (2010, p. 82) afirma:

A educação de adultos não é uma parte complementar, extraordinária do esforço que a sociedade aplica em educação. É parte integrante desse esforço, parte essencial, que tem obrigatoriamente que ser executada paralelamente com a outra, [...] mas um setor necessário do desempenho pedagógico geral, ao qual a comunidade se deve lançar.

Como educadores, temos um

compromisso com a educação, como citamos no decorrer deste texto, o mundo evolui e a educação também, isso destaca a importância de se atualizar, em realizar formação continuada, em sermos leitores assíduos, pesquisadores e aplicar conteúdos significativos que faça parte da realidade do nosso aluno. Afirmamos, com base em Freire (1990, p. 87), que “o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática”, e, “quanto mais inquieta for uma pedagogia, mais crítica ela se tornará.”

O professor é mediador de conhecimentos com a função de incentivar e impulsionar a leitura e a escrita. Nesta perspectiva é importante realizar atividades que visem mediar o processo de ensino, leitura e pesquisa, através de textos que estejam ligados ao cotidiano dos alunos, com a intenção de incentivar a produção, explorar a argumentação e apresentação oral. Por isso, “o educador necessita de fundamentação teórica para compreender as formas de construção dos conhecimentos prévios e para poder criar situações de aprendizagens que considerem esses conhecimentos” (DURANTE, 2004, p.43).

Fica comprovado que para provocar e incentivar a criticidade dos estudantes deve ser trabalhado o texto argumentativo, que terá como consequência a tentativa dos alunos em desenvolver a potencialidade na escrita. Com a aplicação do projeto de ensino e a realização de pesquisas e produção textual, oportuniza-se aulas diversificadas com propostas que possam ir ao encontro das expectativas dos educandos. A leitura, a escrita e a pesquisa, aproximam o ser humano das práticas sociais, proporcionando a troca de conhecimentos, sendo um instrumento importante na comunicação e no relacionamento entre pessoas. Segundo Arbache (2001, p. 19), “a educação de jovens e adultos requer do educador conhecimentos específicos no que diz respeito ao conteúdo, metodologia, avaliação, atendimento, entre outros, para

trabalhar com essa clientela heterogênea e tão diversificada culturalmente”.

O educador deve estar sempre em processo de aperfeiçoamento e evolução, para tornar concreto o processo de aprendizagem, pois se não se aperfeiçoar, não se realizará e nem favorecerá aos seus alunos novas descobertas. A eficácia educacional depende do professor, da sua prática pedagógica cotidiana. Enfim, precisamos compreender que o apostar de forma séria, ética e comprometida na educação de jovens e adultos é dar oportunidade igual a todos, no exercício da cidadania. Isso fará a diferença na formação de pessoas críticas e criativas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vera Teixeira de & BORDINI, Maria da Glória. **Literatura: a formação do Leitor- alternativas metodológicas.** Porto alegre: Mercado aberto, 1993.

ANTUNES, Celso. **A Linguagem do afeto na Escola** – Como ensinar virtudes e transmitir valores. Campinas: Papirus, 2003.

ARBACHE, Ana Paula Bastos. **A formação do educador de pessoas jovens e adultas numa perspectiva multicultural crítica.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. Papel Virtual Editora, 2001.

CARVALHO, Célia Pezzolo de. **Ensino noturno: realidade e ilusão.** 10ed. São Paulo, Cortez, 2001.

DEMO, Pedro. **Educação e qualidade.** São Paulo: Papirus, 1994.

DURANTE, Marta. **Alfabetização de Adultos: prática de textos.** São Paulo. Artmed, 2004.

FREIRE, Paulo; DONALDO, Macedo. **Alfabetização: leitura da palavra do mundo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra 1990.

FREITAS, Marinaide L.de Queiroz. **Proposta de formação de Alfabetizadores em EJA.** Brasília. MEC, 2007.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa.** Porto Alegre: Loyola,

1997.

HADDAD; DI PIERRO. **Aprendizagem de Educação de Jovens e Adultos:** avaliação da década da educação para todos. São Paulo em perspectiva, 14(1), 2000.

HUBNER, Luciana. **Diário na escola.** Santo André. 2003. Disponível em <www.redenoarsa.com.br/biblioteca/29se08_2592.pdf>. Acesso em 17 jul. 2011, 17:46.

LOPES, Selva Paraguassu. EJA: uma educação possível ou mera utopia.

http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/revista_selvaplopes.pdf -Acesso em 22 jul.2014.

MOURA, Denida. **Os desafios da Língua: pesquisas em língua falada e escrita.** Maceió: EDUFAL, 2008.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos.** 16 ed.São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, Maria Antônia. **Educação de Jovens e Adultos.**Curitiba: IBPEX, 2010.